



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

## Parecer Jurídico

PJ Nº: 32289/CONJUR/GABSEC/2022

### INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

---

**Protocolo**

- Número: 2020/0000022263

- Data Protocolo: 20/08/2020

**Empreendimento**

- Nome/Razão Social/Denominação: Souza e Souza Industria e Comercio de Madeira Eireli

**Assunto**

Informações falsas no sistema

### ANÁLISE JURÍDICA

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. APRESENTAR INFORMAÇÕES FALSAS NO SISTEMA OFICIAL DE CONTROLE. ART. 118 VI DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/9581 E ART. 47, §1º DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/2008. PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO.**

**PROCESSO Nº 22263/2020**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº AUT-3-S/20-07-00250**

**INTERESSADO: SOUZA E SOUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

## 1. RELATÓRIO

Em 21/07/2020 esta SEMAS, por meio do técnico responsável, lavrou o Auto de Infração nº **AUT-3-S/20-07-00250**, em face de **SOUZA E SOUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO** já devidamente qualificado, por adquirir e ter em depósito 128,10m³ de madeira em tora e 195,73 m³ de madeira serrada, de diversas espécies, sem origem comprovada, visto que não foi identificado nas madeiras em tora a cadeia de custódia, contrariando, em tese, o art. 47, §1º do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se no art. 118, inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995 e em consonância ao art. 70 da Lei Federal nº 9.605/98, c/c art. 46, parágrafo único da Lei Federal nº 9.605/98 e art. 225 da CF/88, conforme fundamentação indicada no auto infracional.



**Governo do Estado do PARÁ**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA**

**PJ Nº: 32289/CONJUR/GABSEC/2022**

Segundo o Relatório de Fiscalização REF-3-S/20-08-00499, durante a fiscalização “in loco”, mediante levantamento dos dados no pátio de armazenamento do empreendimento, e comparação no saldo no CEPROF da empresa ora autuada, foi identificao que haviam várias divergências de informações entre o que encontrava-se no pátio da empresa e o que estava descrito no sistema. Desta feita, foi realizada cubagem da madeira encontrada, onde foi verificada um volume de 128,10m<sup>3</sup> de madeira em tora e 195,73 m<sup>3</sup> de madeira serrada, de diversas espécies, sem origem comprovada, conforme tabela descrita no relatório de fiscalização.

Dessa forma, foi lavrado o auto de infração nº AUT-3-S/20-07-00250 por adquirir e ter em depósito 128,10m<sup>3</sup> de madeira em tora e 195,73 m<sup>3</sup> de madeira serrada, de diversas espécies, sem origem comprovada, visto que não foi identificado nas madeiras em tora a cadeia de custódia.

O autuado foi devidamente cientificado da autuação no momento da fiscalização, e do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de Defesa Administrativa.

Entretanto, o mesmo não apresentou Defesa Administrativa, se caracterizando como **revel** no presente processo administrativo punitivo.

É o relatório.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **2.1 DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

Na legislação pátria, ao meio ambiente é dispensado um tratamento singular, fundado sobremaneira no princípio do desenvolvimento sustentável, amparado em normas destinadas à garantia do acesso equitativo aos recursos naturais e em postulados como os do usuário-pagador, do poluidor-pagador, da prevenção do dano ambiental e da participação popular.

A Carta Constitucional de 1988, em seu art. 225, *caput*, consolida o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, Maria Sylvia Di Pietro (Direito Administrativo, 30ª edição, editora Forense, 2017, p. 916-917) qualifica de modo implícito o meio ambiente, configurando-o como um bem fora do comércio jurídico de direito privado, não podendo, desta feita, ser objeto de qualquer relação jurídica de direito privado, revestindo-o em uma redoma de inalienabilidade, imprescritibilidade,



**Governo do Estado do PARÁ**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA**

**PJ Nº: 32289/CONJUR/GABSEC/2022**

impenhorabilidade e de vedação à oneração.

Para assegurar a efetividade desse direito, nos moldes do §1º, VII, do dispositivo derivado da Carta Magna mencionado, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Tratando da proteção ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, VII, consubstancia o dever de todos os entes federativos, incluindo os Estados, em preservar as florestas, a fauna e a flora.

Em sede infraconstitucional, a Lei nº. 6.938/81, instituidora da PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente, no art. 6º, V, atribui a esta Secretaria Estadual, enquanto órgão seccional, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, a obrigação de conservar e preservar os recursos naturais.

## **2.2. DA INFRAÇÃO E DA TIPIIFICAÇÃO DA CONDUTA**

O Auto de Infração descreve corretamente, de forma precisa e clara a infração ambiental cometida, cumprindo todas as formalidades legais exigidas ao caso, protegido pela plena legalidade, não ofendendo nenhum princípio que viesse a lhe prejudicar a legitimidade. Além disso, salientamos que tanto o auto de infração quanto o procedimento realizado por esta Secretaria de Estado, que indicaram a ilegalidade na ação do autuado, estão fundamentados e de acordo com os ditames legais que regem a matéria fornecendo, portanto, o devido alicerce a esta análise, bem como à autuação.

Nos termos do art. 120, §2º da Lei nº 5.887/95, a configuração da infração ambiental pressupõe o nexo causal entre a ação ou omissão do infrator e o dano.

No caso, a ação restou comprovada pelas informações constantes do Auto de Infração e no Relatório de Fiscalização, constatando-se a apresentar informações totais ou parcialmente falsas e/ou enganosas no sistema oficial de controle desta secretaria (CEPROF/SISFLORA), pois a referida empresa tem em depósito 128,10m³ de madeira em tora e 195,73 m³ de madeira serrada, de diversas espécies, sem origem comprovada.

Igualmente é inequívoca a ligação entre a conduta do autuado e o descumprimento das normas ambientais, não havendo negativa e apresentação de provas que demonstrem que o autuado não descumpriu às normas em comento.

Portanto, não restam dúvidas acerca do fato causador da da autuação em comento. Assim, presentes a autoria e a materialidade da infração, o autuado infringiu os dispositivos a seguir



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

**PJ Nº:** 32289/CONJUR/GABSEC/2022  
elencados:

**Decreto nº 6.514/2008:**

Art. 47. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira serrada ou em tora, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento:

Multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico aferido pelo método geométrico.

**§ 1º Incorre nas mesmas multas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente ou em desacordo com a obtida.**

**Lei Estadual nº 5.887/1995**

**Art. 118 - Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual, especialmente as seguintes:**

VI - desobedecer ou inobservar normas legais ou regulamentares, padrões e parâmetros federais ou estaduais, relacionados com o controle do meio ambiente.

Evidenciada está, portanto, a **procedência** do Auto de Infração lavrado contra o autuado, pois, este tem em depósito 128,10m<sup>3</sup> de madeira em tora e 195,73 m<sup>3</sup> de madeira serrada, de diversas espécies, sem origem comprovada.

### 2.3. DA GRADAÇÃO DA PENA

Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade ambiental deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para o meio ambiente e os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais vigentes, nos termos do art. 130 da Lei Estadual 5.887/95.

A Lei nº 5.887/95 impõe que seja pautada a atuação do administrador público, quando da



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

**PJ Nº:** 32289/CONJUR/GABSEC/2022

prescrição da multa, nos **princípios da razoabilidade e proporcionalidade**, guardando, então, uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim desejado pelo diploma legal.

Urge também que seja considerado, no estabelecimento do valor pecuniário, os **princípios da educação ambiental e da prevenção**, instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – art. 2º, X, da Lei nº. 6.938/81, utilizando-se a aplicação da multa como um modo de reeducar os representantes legais da infratora das normas ambientais, incutindo-lhes a consciência ecológica necessária ao repúdio de ulteriores atitudes divergentes dos mandamentos legais aplicáveis ao caso.

Celso Antonio Pacheco Fiorillo, em seu *Curso de Direito Ambiental Brasileiro* (14ª edição, editora Saraiva, 2017, p. 68), destaca que a legislação severa, que imponha multas e sanções mais pesadas, funciona também como instrumento da efetivação da prevenção. Desta forma, é imprescindível que se leve em conta o poder econômico do poluidor, devendo as penalidades estarem atentas aos benefícios experimentados com a atividade e o lucro obtido à custa da inobservância das normas ambientais.

De acordo com as informações constantes nos autos, no caso em tela foi verificada a presença de circunstâncias atenuantes constante no artigo 131, VI da Lei Estadual nº 5.887/95, por ter o autuado colaborado com os agentes da fiscalização.

Em contraponto, foi identificada a presença da circunstância agravante constante no art. 132, II e VI, da Lei Estadual nº 5.887/95, por ter o autuado agido com dolo e por ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária.

Havendo preponderância das circunstâncias agravantes, caracteriza-se, portanto, a infração aqui analisada em caráter **GRAVE**, conforme o art. 120, II, da Lei nº 5.887/95, pelo que, nos termos dos arts. 119, II, e 122, I dessa Lei, recomenda-se a este Órgão Ambiental aplicar a **penalidade de MULTA SIMPLES** fixada em **25.500 vezes o valor nominal da UPF-PA**.

### 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, recomenda-se a manutenção do Auto de Infração nº **AUT-3-S/20-07-00250**, em face de **SOUZA E SOUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO** em razão da infringência ao art. 47, §1º do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se no art. 118, inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995 e em consonância ao art. 70 da Lei Federal nº 9.605/98, c/c art. 46, parágrafo único da Lei Federal nº 9.605/98 e art. 225 da CF/88, sugerindo que seja aplicada a penalidade de **MULTA SIMPLES no valor de 25.500 UPF'S**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

**PJ Nº:** 32289/CONJUR/GABSEC/2022

de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, II; 122, I, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

Ademais, sugere-se o encaminhamento à DGFLOR para procedimentos de reposição florestal que entenderem cabíveis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

**IDEMAR CORDEIRO PERACCHI**  
**Procurador do Estado**

Belém - PA, 24 de Fevereiro de 2022.

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- Idemar Cordeiro Peracchi 24/02/2022 - 10:12;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: <https://titulo.page.link/ih1w>

